

13 AGO 1990 Reverso da Moeda

O Produto Interno Bruto brasileiro teve na última década uma expansão acumulada de 30%, em grande parte, à custa da deterioração das finanças públicas. O Estado se esvaiu financeiramente em subsídios, incentivos fiscais e proteções de reservas de mercado que concedeu a setores privilegiados da sociedade, que lucraram com o déficit.

O crescente déficit público, resultante de gastos sempre superiores à receita do Estado, gerou a maior inflação da história. Antes do Plano de Estabilização Econômica as projeções indicavam um déficit público da ordem de 9% do PIB. Pelas últimas avaliações do Orçamento da União, as contas fechariam o ano positivas em pouco mais de 1% do PIB.

Evidentemente, uma inversão da ordem de 10% do PIB no fluxo dos recursos que saiam do Estado para as mãos do setor privado, não poderia deixar de provocar sérias acomodações no terreno da economia. Pois é exatamente essa acomodação de terreno que está explicando o comportamento desigual da economia: alguns setores estão sentindo de forma profunda o processo recessivo; outros até conseguiram vender mais.

Os setores que dependiam diretamente dos favores e dos guarda-chuvas do Estado passam por um forçado regime de emagrecimento. Um *Spa* desconfortável. Outros segmentos que ganhavam dinheiro no processo inflacionário gerado pelo descontrole dos gastos públicos também foram afetados no seu dia-a-dia. São esses setores que estão empurrando a economia para baixo e provocando o desemprego.

A economia é dividida em segmentos: há o setor público, o setor privado (empresários e empregados) e o setor externo, que se embatem numa contínua disputa por fatias no bolo da renda nacional, que é o PIB. Quando um deles avança, os demais brigam mais entre si para não perder posição na renda. No caso presente, o Estado tomou poupanças e rendas do setor privado (empresas e empregados), e manteve intacta a posição do setor externo.

A economia brasileira poderia ter atravessado

de forma menos traumática o período de acomodação pós-Plano se os próprios agentes econômicos privados tivessem sido mais flexíveis. Os industriais e os comerciantes, acostumados por longos anos no repasse automático de custos para os preços da cadeia seguinte da produção ou do consumo; os sindicatos insistiram em repositões salariais com base em elevados índices inflacionários, alguns dos quais (como o de março) produto de uma ficção estatística. Tudo isso era o caldo de cultura da indexação.

Os empresários resistiram a reduzir os preços, que estavam invariavelmente antecipando a alta futura da inflação e, sobretudo, a hipótese de novos congelamentos. Nem mesmo quando o governo seqüestrou grande parte da poupança financeira do país, retirando o excesso de moeda que ajudava a empurrar para cima os preços, num leilão diário contra o valor depreciado da moeda, houve a disposição de abrir mão de lucros que já eram elevadíssimos. Ninguém queria perder renda.

O impacto macroeconômico da contenção dos gastos públicos acabou sendo a inevitável redução da renda global do setor privado. Os empresários que evitaram baixar os preços, acabaram vendendo menos, perdendo mercado e renda; os assalariados não conseguiram os reajustes que pediam, e ainda foram perdendo emprego. Nos dois lados, tanto o valor geral da produção (preços vezes a quantidade de produtos) quanto o valor da massa salarial (salários vezes o número de pessoas empregadas) diminuíram, ampliando ainda mais a mútua reação de causa e efeito.

Se o governo continuar firme no saneamento das finanças públicas, cortando os gastos, o excesso de pessoal, os incentivos e os subsídios do Estado, não haverá escapatória: o setor privado vai encolher como um todo. Esse ajustamento, no entanto, poderia ter sido menos traumático para a sociedade se houvesse um amplo pacto político para a administração do conflito da distribuição da renda inerente à acomodação das finanças do Estado. Ainda há tempo para atenuar o sofrimento.